

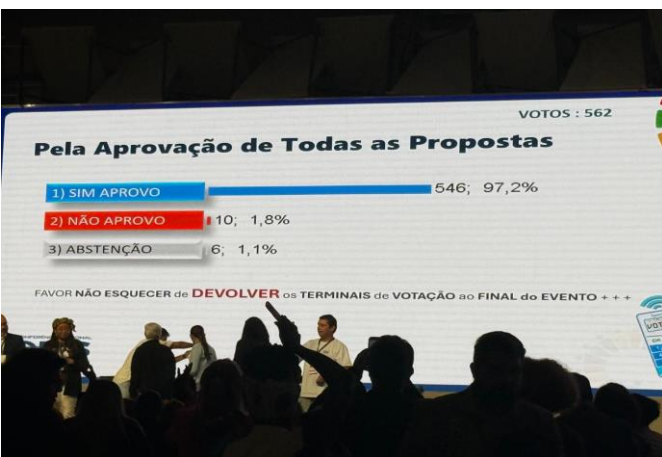


Brasília-DF, 03 de julho de 2026

## 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é encerrada com aprovação expressiva das propostas



A 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNDOS) foi encerrada com uma demonstração de amplo consenso entre os participantes, consolidando um importante marco para o fortalecimento da agenda do desenvolvimento sustentável no Brasil. Durante a plenária final, as propostas debatidas ao longo da conferência foram submetidas à votação e receberam aprovação expressiva: 546 votos favoráveis, o equivalente a 97,2% do total de votos válidos, evidenciando o compromisso coletivo com a construção de políticas públicas voltadas à promoção da justiça social, do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade ambiental.



O resultado reafirma o êxito da conferência como um espaço democrático de diálogo e participação social, reunindo representantes do poder público, dos trabalhadores, dos empregadores, de organizações da sociedade civil e de especialistas. A aprovação das

propostas fortalece as diretrizes que nortearão as próximas etapas de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no país e reforça o papel das entidades participantes, entre elas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), na defesa de um modelo de desenvolvimento que concilie crescimento econômico, inclusão social, valorização do trabalho e responsabilidade ambiental.

Representaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) na conferência o presidente da entidade, **José Reginaldo**; a secretária-adjunta de Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude, **Luci Costamagna Parmejani**; o representante Profissional e Internacional da Confederação, **Eduardo Armond**; e o representante do Observatório Sindical Brasileiro Clodesmidt Riani, **Lourival Andrade**.

## Reunião do Conselho de Previdência Social (CNPS) debate temas estratégicos; Eduardo Anunciato (Chicão) representa trabalhadores



No Conselho Nacional da Previdência Social, Chicão acompanha pautas que impactam trabalhadores e aposentados

A 326ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) foi realizada nesta terça-feira (30), no Ministério da Previdência Social, em Brasília, reunindo representantes do governo, dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados para discutir temas estratégicos relacionados à Previdência Social.

Entre os principais assuntos da pauta estiveram a atualização sobre o ressarcimento dos descontos associativos, as medidas para reduzir a fila de requerimentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Perícia Médica Federal, o cumprimento dos acórdãos do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), a redução do prazo para inclusão de processos no Programa de Gerenciamento de

**Brasília-DF, 03 de julho de 2026**

Benefícios (PGB) e a ampliação da rede de atendimento da Previdência Social, com a implantação da Agência Flutuante PrevBarco Belém II.

Representando os trabalhadores no colegiado, o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Eduardo Annunziato, o Chicão, participou da reunião e acompanhou as discussões sobre as políticas públicas previdenciárias que impactam milhões de segurados em todo o País.

Para Chicão, a participação dos representantes dos trabalhadores nas reuniões do CNPS é essencial para acompanhar as decisões que afetam diretamente a população segurada e defender melhorias no sistema previdenciário.

“A Previdência Social é uma das maiores conquistas da classe trabalhadora. Estar no CNPS significa acompanhar de perto as decisões, cobrar melhorias no atendimento, defender a redução da fila do INSS e garantir que os direitos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas sejam preservados. O Sindicato continuará atuando de forma firme em todos os espaços onde essas decisões são tomadas”, afirmou.

Matéria completa: <https://radiopeaobrasil.com.br/reuniao-do-conselho-de-previdencia-social-cnps-debate-temas-estrategicos-eduardo-annunziato-chicao-representa-trabalhadores/>

Fonte: Rádio Peão Brasil

## Fim da escala 6x1 ganha força no Senado após reunião de centrais sindicais com Davi Alcolumbre



Davi Alcolumbre se encontra com centrais sindicais para discutir a redução da jornada de trabalho com a PEC 221/2019. Foto: Pedro Gontijo/Senado Federal.

O encontro, realizado antes da sessão de debates no Plenário, foi avaliado como positivo pelas lideranças sindicais, que destacaram a disposição do presidente do Senado em dar andamento à proposta.

Segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), Davi Alcolumbre demonstrou apoio à PEC e levantou a possibilidade de eliminar o período de transição previsto no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Pela redação atual, a redução da jornada passaria a valer 60 dias após a promulgação da emenda constitucional.

Paim informou que o presidente do Senado questionou a necessidade desse prazo e estuda, junto à consultoria legislativa, uma emenda de redação que permita a entrada em vigor imediata das novas regras.

“O Davi chegou a dizer que a transição é muito longa, coisa que na Constituinte não houve, quando a jornada passou de 48 horas para 44 horas semanais. O que mostrou uma grande disposição do presidente de que a PEC seja aprovada o mais rapidamente possível”, afirmou o senador.

A líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), ressaltou que a proposta vem sendo debatida desde que chegou à Casa, em maio, passando por sessões na Comissão de Constituição e Justiça, reuniões com representantes do setor empresarial e, agora, com as centrais sindicais.

Segundo a senadora, o momento é de definir os procedimentos para o avanço da tramitação. Ela destacou que o calendário da PEC é parlamentar, e não eleitoral, e que o diálogo continuará sendo prioridade para garantir a aprovação da proposta. O encontro, realizado antes da sessão de debates no Plenário, foi avaliado como positivo pelas lideranças sindicais, que destacaram a disposição do presidente do Senado em dar andamento à proposta.

### Movimento sindical vê cenário favorável

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, considerou “excelente” a reunião com Davi Alcolumbre e disse acreditar que a pauta terá uma tramitação célere no Senado. Nobre avaliou que a Casa tem mostrado “sintonia com o sentimento popular”, já que, conforme destacou, “80% da sociedade brasileira tem a expectativa da redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1”.

“O presidente Davi sempre foi muito gentil com o movimento sindical, sempre nos recebeu muito bem e teve muita sensibilidade com a classe trabalhadora. Conversamos com ele e dissemos que seria muito importante aprovarmos o texto na gestão dele, de modo a obtermos essa conquista importante e histórica”, declarou Sérgio Nobre.

A mobilização das centrais sindicais em defesa da PEC continua em todo o país. Além da articulação junto ao

**Brasília-DF, 03 de julho de 2026**

Congresso Nacional, sindicatos têm promovido atos e campanhas para ampliar a pressão popular pela aprovação da proposta, que busca garantir mais qualidade de vida, saúde, convivência familiar e melhores condições de trabalho para milhões de brasileiros.

Fonte: Radio Peão Brasil

## PL da Misoginia tem urgência aprovada pela Câmara dos Deputados



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (1º) o regime de urgência para o projeto de lei que amplia o combate à misoginia no Brasil, conhecido como PL da Misoginia. Com a decisão, a proposta poderá ser analisada diretamente pelo Plenário, sem passar pelas comissões permanentes da Casa. A urgência foi aprovada por 293 votos favoráveis e 158 contrários.

O texto altera a Lei Antirracismo para incluir os atos de misoginia, definidos como a prática, indução ou incitação de menosprezo ou discriminação contra mulheres que promovam violência, neguem a igualdade de direitos ou atentem contra sua dignidade em razão da condição de mulher.

A proposta também prevê pena de dois a cinco anos de prisão para injúria praticada em razão da condição de mulher, equiparando o crime à injúria racial. O texto ainda cria agravantes para crimes cometidos por duas ou mais pessoas ou contra crianças, adolescentes, idosas e pessoas com deficiência, além de permitir a suspensão temporária de perfis utilizados para divulgar conteúdos considerados misóginos.

Após a votação, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que a aprovação da urgência reforça o compromisso da Casa com o enfrentamento da violência contra as mulheres.

"A Câmara dos Deputados reafirma seu compromisso no combate à misoginia e à violência contra as mulheres. Aprovamos hoje a urgência do projeto que trata do tema, acelerando sua tramitação", escreveu nas redes sociais.

Motta também afirmou que acompanhará o trabalho da relatora, deputada Tabata Amaral (PSB-SP), e destacou que o parecer será construído em diálogo com todas as bancadas.

"Acompanho de perto o trabalho da relatora, deputada Tabata Amaral, que dialogará com todas as bancadas para construirmos um texto de consenso. Garantir a proteção, o respeito e a dignidade de todas as brasileiras é prioridade", afirmou.

Fonte: Congresso em Foco

## Comissão discute os 60 anos do FGTS e seus desafios futuros

*Audiência discutirá o papel do fundo na proteção dos trabalhadores e no financiamento de políticas públicas*

Marcelo Camargo/Agência Brasil



A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta terça-feira (7) para avaliar a evolução do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao longo dos 60 anos desde sua criação.

O debate será realizado às 16h30, em plenário a ser definido.

### Financiamento de políticas públicas

A audiência foi pedida pelo deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA). Ele quer abordar questões como o papel do FGTS na proteção dos trabalhadores e analisar os desafios para o aperfeiçoamento do fundo diante das mudanças econômicas e sociais do país.

Segundo o parlamentar, além de proteger o trabalhador, o FGTS consolidou-se como importante fonte de financiamento de políticas públicas nas áreas de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana.

"É fundamental promover um espaço institucional de diálogo que permita analisar o histórico do FGTS, compreender suas bases estruturais e discutir caminhos para seu aperfeiçoamento", diz o deputado.

Fonte: Agência Câmara



Brasília-DF, 03 de julho de 2026

## Lula sanciona lei de apoio a vítimas de trabalho escravo doméstico

Legislação fortalece a rede de proteção social e prevê medidas específicas para mulheres resgatadas.



Marina Ramos/Câmara dos Deputados

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta quinta-feira (2), a Lei nº 15.455/2026, de autoria do deputado federal Reimont (PT-RJ), que estabelece medidas de assistência a trabalhadoras e trabalhadores domésticos resgatados de condições análogas à escravidão.

A nova legislação prevê mecanismos de proteção social e apoio às vítimas, com o objetivo de garantir o exercício efetivo dos direitos à segurança, à saúde, à dignidade humana e ao trabalho decente. O texto foi construído de forma coletiva por defensores dos direitos humanos e busca ampliar a rede de proteção para pessoas submetidas ao trabalho forçado no ambiente doméstico.

Segundo a lei, trabalhadores identificados em situação análoga à escravidão durante ações de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego terão direito ao recebimento de seis parcelas do seguro-desemprego, cada uma no valor de um salário mínimo.

A norma também determina a inclusão das vítimas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, além de possibilitar o acesso a programas sociais estaduais, municipais e distritais.

Nos casos em que a vítima for mulher, a legislação estabelece que a autoridade policial ou judicial deverá aplicar, quando cabível, as disposições da Lei Maria da Penha, incluindo a adoção de medidas protetivas de urgência.

Para o autor da proposta, a sanção representa um avanço no enfrentamento ao trabalho doméstico escravo no país.

"O trabalho doméstico escravo ainda existe no Brasil. E durante muito tempo existiu na invisibilidade. Esta lei tira essas trabalhadoras da invisibilidade e coloca o

Estado ao lado delas no momento mais vulnerável de suas vidas."

O parlamentar também destacou que a nova legislação fortalece a proteção às vítimas e cria condições para sua reconstrução social.

"A sanção desta lei é uma vitória das trabalhadoras domésticas que tiveram sua dignidade roubada. Hoje, o Brasil diz que elas não estão sozinhas: têm direito à renda, à proteção social e a recomeçar com dignidade. Isso é o que a política deve fazer."

Antes de ser sancionado, o texto tramitou no Congresso Nacional como o projeto de lei 5.760/2023. Na Câmara dos Deputados, a relatoria ficou a cargo da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), enquanto no Senado foi relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Fonte: Congresso em Foco

INFORME PUBLICITÁRIO

# REDUÇÃO DA JORNADA E FIM DA ESCALA 6X1 SEM REDUÇÃO SALARIAL

**É POSSÍVEL E NECESSÁRIO**

Em 26 de maio de 2026 Centralistas, Confederações, Federações, Sindicatos e o movimento social celebraram a aprovação na Câmara dos Deputados, por 461 votos favoráveis e 19 contrários, da PEC que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, e estabelece o fim da escala 6x1.

Essa vitória histórica para a classe trabalhadora brasileira, resultado de um processo de diálogo e negociação com os deputados e deputadas e com o Governo Federal, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta, que conferiram prioridade a essa pauta.

Agora é a vez do Senado Federal mostrar que também está do lado das trabalhadoras e dos trabalhadores!

Estamos confiantes de que o pre-

sidente do Senado Davi Alcolumbre terá a sensibilidade e a sabedoria necessárias para conduzir a aprovação definitiva desses direitos fundamentais.

**A REDUÇÃO DA JORNADA GARANTIRÁ:**

- ✓ SAÚDE
- ✓ FAMÍLIA
- ✓ FORMAÇÃO
- ✓ LAZER
- ✓ DESCANSO

A PEC assegura aos setores econômicos oportunidade e tempo para adaptação e transição, prevê a redução da jornada de forma compatível com as transformações do mundo do trabalho e fortalece a negociação coletiva para tratar da diversidade da realidade setorial.

**A REDUÇÃO DA JORNADA:**

- ✓ AUMENTA PRODUTIVIDADE
- ✓ INCENTIVA A INOVAÇÃO
- ✓ QUALIFICA O TEMPO DE TRABALHO
- ✓ REDUZ ACIDENTES E DOENÇAS OCUPACIONAIS
- ✓ GERA NOVOS EMPREGOS

São avanços que fortalecem o desenvolvimento nacional com soberania, inclusão social e valorização do trabalho.

**A redução da jornada beneficia trabalhadores, empresas e o Brasil. Todos ganham!**

SERGIO NOBRE presidente da CUT | MIGUEL TORRES presidente da Força Sindical | RICARDO PATÃO presidente da UGT | ADILSON ARAUJO presidente da CTB | ANTONIO NETO presidente da CSB

SONIA ZERINO presidente da NCST | NILZA PEREIRA secretária-geral da Intersindical | JOSÉ GOZZE presidente da Pública | LUIZ ARRAES coordenador-nacional do FST

CUT | FORÇA SINDICAL | UGT | CTB | CSB | NCST NOVA CENTRAL | INTERSINDICAL | PÚBLICA | FST